

INTERNACIONAL



Para este início de 2018, a seção Internacional analisa o primeiro ano de governo Trump e sua política externa, a tentativa de acordo entre SPD e Merkel para formar um novo governo na Alemanha, a dificuldade para os independentistas da Catalunha iniciarem seu novo governo, a reaproximação entre as duas Coreias, a renúncia do presidente Zuma, na África do Sul, e o falecimento de Morgan Tsvangirai, no Zimbabwe

A conjuntura internacional no início de 2018 foi marcada por vários fatos. A começar pelo cumprimento de um ano de governo Donald Trump nos Estados Unidos, que enfatizou uma ofensiva geral contra os imigrantes, embora visando, principalmente, latino-americanos e muçulmanos. Sua insistência em incluir recursos da ordem de trinta bilhões de dólares no orçamento de 2018 para construir o muro na fronteira com o México e fortalecer os mecanismos de controle nas fronteiras provocou um impasse no Senado estadunidense sobre sua aprovação, impedindo o governo federal de realizar despesas durante alguns dias. Entretanto, um acordo entre democratas e republicanos liberou um orçamento provisório até o fim de fevereiro para tentarem chegar a um acordo definitivo, principalmente sobre esse tema, pois em outros, como a recente redução de impostos de renda, houve consenso.

O balanço da política externa dos Estados Unidos de 2017 é extremamente negativo, sobretudo, devido ao rompimento do país com diversos tratados internacionais, como o Acordo de Paris sobre Clima e o

Pacto das Nações Unidas sobre Migração, além de se retirar de organizações do sistema ONU como a Unesco. Na Palestina, jogou uma pá de cal sobre as já moribundas negociações de paz entre israelenses e palestinos ao reconhecer Jerusalém como a capital de Israel, medida seguida imediatamente pelo governo lacaiado da Guatemala. No front militar, decidiu ampliar a presença de tropas no Afeganistão, além de apoiar a política agressiva da Arábia Saudita por maior influência no Oriente Médio.

Uma visão ainda mais protecionista em relação ao comércio internacional do que as administrações estadunidenses anteriores levou o governo Trump a se retirar do Tratado Transpacífico (TPP); iniciar uma renegociação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e impedir qualquer decisão relevante na recente Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), realizada em dezembro, na Argentina, além de impedir a escolha de novos juízes no Tribunal de Apelações dessa organização multilateral.

Considerando o conteúdo das resoluções dessas

instituições, normalmente prejudiciais aos países em desenvolvimento, em particular o TPP e o Nafta, a postura estadunidense contribui para colocá-las em xeque. No entanto, não o faz para ajudar os países que foram prejudicados historicamente e, sim, para defender seus próprios interesses. Nesse sentido, há que se avaliar o que significaria introduzir relações comerciais bilaterais assimétricas no lugar de fóruns multilaterais como a OMC.

A retórica xenófoba, belicista e machista de Trump, além de ser constantemente “twitada” por ele, também se fez presente no convescote anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, realizado este ano entre 23 e 26 de janeiro, onde ele argumentou que sua política de “Estados Unidos primeiro” e a consequente retomada do crescimento econômico de seu país seriam benéficas para o resto do mundo, pois atrairiam investimentos externos diretos, proporcionando lucros para as empresas não estadunidenses.

O irônico é que, apesar de sua retórica grosseira e vulgar, particularmente contra os imigrantes e seus países de origem que ele chamou de *shithole* (literalmente “buraco de merda”, conhecido no Brasil como um despojo sanitário precário ou “casinha”), o governo Trump, em 2017, deportou 26% menos imigrantes do que o governo democrata de Barack Obama em 2016, embora a prisão de imigrantes irregulares tenha crescido 40%.

Nesse meio tempo, a América Latina e o Caribe receberam a visita do secretário de Estado dos Estados Unidos, Rex Tillerson, que foi ao México, à Argentina, ao Peru, à Colômbia e à Jamaica. Sua agenda oficial era o “estabelecimento de parcerias”, mas certamente o tema “Venezuela” fez parte das discussões, pois esses países estão na linha de frente da oposição ao governo Nicolás Maduro na Organização dos Estados Americanos (OEA) e em outros espaços. O Brasil também está, mas, devido à falta de legitimidade do seu governo golpista, não tem as mesmas condições políticas que os demais para fazer marolas maiores. Além disso, já entregou o pré-sal às petroleiras estrangeiras, inclusive à Exxon de onde provém Tillerson, e igualmente se dispõe a entregar o setor elétrico para investidores internacionais. Portanto, não há o que se discutir.

Na Europa, houve acordo nas negociações entre o

Partido Social Democrata (SPD) da Alemanha com o Partido Democrata Cristão e seu aliado regional da Baviera (CDU/CSU), de Angela Merkel, visando formar uma nova “Grande Aliança” liderada por ela. Essa decisão teve 44% de votos contrários no congresso extraordinário do SPD. Tal oposição partiu principalmente dos militantes mais jovens do partido, os quais defendiam fazer oposição ao governo de Merkel para resgatar o prestígio do SPD que, em 2017, teve o pior resultado eleitoral desde 1948.

O acordo prevê que o SPD assuma três ministérios: Economia, Relações Exteriores e Trabalho. O atual presidente do partido, Martin Schulz, estava previsto como o novo ministro de Relações Exteriores, porém, desistiu do cargo durante o Carnaval. Quem o detonou foi seu predecessor na presidência do SPD e atual ministro de Relações Exteriores, Sigmar Gabriel, ao questionar que Schulz foi eleito presidente do partido com a bandeira de que o levaria à vitória e que em nenhuma hipótese seria renovada a “Grande Aliança”. Não somente não houve vitória, como Schulz acabou defendendo e negociando o atual acordo com Merkel. Sua perspectiva de assegurar um bom cargo para si mesmo destituiria Gabriel pela segunda vez. Este, por seu turno, comentou que era “lamentável a falta de palavra de seu sucessor”.

De todo modo, o desfecho sobre a aceitação do acordo será determinado pelos mais de quatrocentos mil filiados do SPD no dia 4 de março, todavia, Schulz reconheceu que a manutenção de sua postulação como ministro traria ainda mais divisões ao partido, que já tinha aprovado participar das negociações por uma pequena margem de votos no congresso extraordinário.

Ainda na Europa, o impasse sobre a independência da Catalunha prossegue, pois os partidos independentistas obtiveram a maioria das cadeiras no Parlamento da região na eleição antecipada pelo governo espanhol, após destituir os parlamentares em 2017, quando houve a declaração da independência pelo Parlamento catalão. Essa maioria parlamentar reelegeu Carles Puigdemont como seu presidente. Porém, ele continua exilado na Bélgica e não tem como retornar e tomar posse sem ser preso pelas autoridades espanholas.

A Coreia do Sul e a Coreia do Norte retomaram o

diálogo no final de 2017, após uma série de ameaças e enfrentamentos mútuos em função da política nuclear do Norte. Um gesto público importante foi a decisão dos norte-coreanos de participarem dos Jogos Olímpicos de Inverno que este ano se realizam na Coreia do Sul, entre 9 e 25 de fevereiro, no condado de Pyeongchang. A delegação de atletas, técnicos e acompanhantes da Coreia do Norte é composta por mais de trezentas pessoas.

Espera-se que, além desse gesto simbólico, possam ocorrer avanços concretos na normalização da relação entre as duas Coreias. A delegação da Coreia do Norte teve a participação de Kim Yo-Jong, irmã de seu dirigente, Kim Jong-un. Ela foi portadora de uma proposta ao governo sul-coreano para que se realize uma cúpula de chefes de Estado em Pyongyang, capital do Norte.

No dia 14 de fevereiro, o presidente da África do Sul, Jacob Zuma, renunciou ao cargo devido à pressão interna do Congresso Nacional Africano (CNA), que chegou a ameaçar o apoio à moção de desconfiança apresentada pelo partido de oposição, Aliança Democrática, no Parlamento. Quem o substituirá será o atual vice-presidente, Cyril Ramaphosa, eleito presidente do CNA no Congresso deste partido, em dezembro passado, quando ele derrotou a outra postulante, Nkozazana Diamini-Zuma, por uma diferença de 179 votos, aproximadamente 4% dos delegados.

Ela foi ministra da Saúde no governo Mandela, ministra das Relações Exteriores do governo Mbeki e ministra do Interior no governo Zuma, seu ex-marido e apoiador de sua candidatura. Ramaphosa foi o primeiro presidente do Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM, na sigla em inglês) da África do Sul e

posteriormente secretário-geral do CNA, ele era um forte candidato à sucessão de Mandela em 1999, o que, no entanto, não ocorreu. Depois disso, ingressou no mundo empresarial com sucesso, mas, como dirigente da sociedade acionária da mineradora de platina Lonmin, tem em sua biografia o envolvimento no massacre de 34 mineiros de Marikana pela polícia em 2012.

O debate com os membros do CNA e sua campanha pela presidência fundamentou-se no combate à corrupção e na recuperação do prestígio do partido, afetado pelo mau desempenho econômico do governo; pela diminuição de votos e por derrotas importantes sofridas na eleição municipal de 2016; e também por acusações de corrupção envolvendo Zuma e pessoas de seu círculo de relações, incluindo uma família de empresários de origem indiana, conhecida como “os Guptas”, que se tornou deveras influente no governo, a ponto de supostamente nomear ministros e influenciar a aprovação de leis de seu interesse. Resta ver se Ramaphosa alcançará esses objetivos a ponto de reeleger-se em 2019.

No dia 14 de fevereiro, faleceu o líder do Movimento pela Mudança Democrática (MDC, na sigla em inglês), do Zimbabwe, Morgan Tsvangirai, vítima de um câncer. Ele foi dirigente sindical, presidiu o Congresso de Sindicatos do Zimbabwe (ZCTU) e foi candidato da oposição contra o presidente Robert Mugabe por duas vezes. Não venceu devido à violência e às manobras cometidas pela União Nacional Africana do Zimbabwe - Frente Patriótica (Zanu-PF), particularmente na eleição de 2008. Sua ausência na eleição presidencial deste ano beneficia o candidato à reeleição pelo Zanu-PF, Emerson Mnangagwa, que substituiu Mugabe após um golpe de Estado no ano passado.